

## ATA Nº 243/2020

1 Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte, às oito horas e trinta  
2 minutos, através de vídeoconferência, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se  
3 ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
4 (CMDCA), sob a condução do presidente, o conselheiro: André Pinto Dalcarobo (APP).  
5 Estando presentes: o vice-presidente Vitor Cesar Paris (Secretaria de Obras), a  
6 secretária: Luciane Ferreira Medeiros (Secretaria de Assistência Social), os conselheiros  
7 de direito, representantes da sociedade civil e governamentais: Dafna Correa Rodrigues  
8 (AJL), Eliezer Marques Costa (Grupo Escoteiro Carjós), Eraldo dos Santos (APP),  
9 Fabrício Corrêa Rosa (Polícia Militar), Fernanda Firmino da Silva (Sec. de saúde), José  
10 Paulo dos Reis (SINTRESC), Rosa Maria Machado Silveira, Rosilene Costa Antônio  
11 (APAE), Rosineti Cardoso da Rosa (Clube Esperança). Ainda esteve presente:  
12 Guilherme Cechelero (assessor de rede). André inicia a reunião informando a todos que  
13 como as demais a reunião estará sendo gravada. André diz que o primeiro item é:  
14 solicitar que os conselheiros que passarem pela Assistência assinem as atas das reuniões  
15 anteriores e lista de presença das reuniões em que estiveram presentes virtualmente; o  
16 segundo item é: informar justificativas dos conselheiros faltantes. André solicita que  
17 Sabrina informe as justificativas que recebeu. Sabrina informa que a conselheira titular  
18 da Secretaria de Administração e finanças está de licença e devido a isso contatou a sua  
19 suplente Bianca, que informou através do whatsapp que não poderá estar presente  
20 justificando que estão em fechamento de folha no setor de departamento pessoal, sendo  
21 informado ainda que irá formalizar através de e-mail assim que possível. André passa ao  
22 item três: Atualizar comissões permanentes: de normas e documentos, fiscalização e  
23 FIA, e marcar datas para as reuniões; André recorda os presentes que na última reunião  
24 foi deliberada a representação mínima de quatro conselheiros nas comissões, sendo que  
25 deve ter uma entidade presente em cada comissão. André diz que irá fazer a leitura da  
26 sugestão e logo após abrirá à palavra. André relata que sugeriu que na comissão de  
27 normas façam parte como representantes da Sociedade Civil: o CEACA: sendo o titular:  
28 Rosa e suplente: José Eduardo, Grupo Escoteiro, sendo o titular: Eliezer e suplente:  
29 Fernando Associação Jorge Lacerda, sendo a titular: Dafna e suplente: Richarles e como  
30 representantes não governamentais, as secretarias de Educação, sendo a titular: Renata e  
31 suplente: Fabíola, Saúde, sendo a titular: Fernanda e suplente: Dorimá, Assistência:  
32 Titular: Luciane e suplente: Daiane. André diz que na Comissão de fiscalização ficaram  
33 como representantes da entidade civil: o Clube Esperança, sendo a titular: Rosineti, e  
34 suplente: Patrícia, SINTRESC, sendo o titular: Pedro Paulo e suplente: José Paulo e  
35 explica e que para as governamentais fez a sugestão da Polícia Militar, sendo o titular:  
36 Fabrício e suplente: Elisson e Secretaria de Obras, sendo o titular: Vitor e suplente:  
37 Maurício, diz que sugeriu essas duas entidades na Comissão de fiscalização devido sua  
38 experiência em fiscalizações. André relata que na Comissão do FIA ficariam como  
39 membros governamentais: Secretaria de indústria e comércio: sendo Mário e Fernando e  
40 secretaria de administração e finanças: Patrícia e Bianca; e de entidades civis: APAE,  
41 sendo Hamilton e Rosilene e APP: André e Eraldo. André explica que a presença da  
42 presidência na comissão do FIA é obrigatória, segundo o regimento. André diz que na  
43 comissão do FIA foi sugerido: André abre a palavra. Guilherme sauda a todos e diz que  
44 a sugestão da assessoria, verificando essa tabela, é que repassem o Regimento Interno a

45 esses conselheiros para que todos saibam as suas atribuições. Guilherme observa que  
46 Vitor já faz parte de comissões há bastante tempo, porém visualiza que conselheiros  
47 novos entraram, mas não sabem qual o papel, por isso importante informar as  
48 atribuições de cada comissão. André questiona se mais alguém quer a palavra. Fabrício  
49 diz que sua fala vai de encontro com a do Guilherme, pois tendo em vista que será sua  
50 primeira participação em comissão gostaria de uma explicação sobre as atribuições  
51 dessa Comissão a qual agora faz parte. Vitor diz que a função principal da Comissão de  
52 fiscalização é que esse grupo acompanhe a realização do projeto e leve ao CMDCA.  
53 Vitor relata que são feitas visitas nas entidades, são recolhidos documentos e feito um  
54 relatório, para que no final da prestação de contas se verificar se foi cumprido ou não o  
55 projeto sugerido. Vitor explica que a comissão é o olho do CMDCA nos projetos, que  
56 atualmente em andamento são os do Parque ambiental e do CEACA, que ainda estão  
57 tentando liberar o recurso. Fabrício diz que está satisfeito com a explicação. Guilherme  
58 faz explicação sobre as três comissões permanentes: a comissão de normas tem como  
59 atribuição analisar os registros das entidades civis no CMDCA, e exemplifica: se existe  
60 a entidade ugadugaduga, essa comissão é a que analisa os documentos que são  
61 solicitados, como o estatuto, atuais dirigentes, CNPJ, e demais documentos  
62 comprovando que a entidade é um local adequado, e diz que a orientação é trazer para a  
63 comissão analisar e trazer mastigado para a plenária decidir, com o objetivo de que o  
64 CMDCA não perca tempo. Guilherme diz que, pegando a fala do Vitor, a comissão  
65 deve fiscalizar os contratos, exemplifica que o Guilherme também tem um contrato e  
66 essa comissão pode verificar se o trabalho está sendo cumprido de acordo, pois utiliza  
67 verbas do FIA, deve estar observando se está cumprindo os horários adequados, se está  
68 respondendo os questionamentos com eficiência, e diz que é uma comissão  
69 fiscalizadora, que irá fiscalizar os convênios de entidades governamentais e não  
70 governamentais com recursos do FIA, é ir até a entidade ver se o projeto está  
71 acontecendo. Guilherme exemplifica se uma determinada entidade encaminhou um  
72 projeto de moda para quarenta adolescentes, com cronograma de janeiro a dezembro, só  
73 que de uma turma de quarenta alunos se formaram apenas três, deverão levar em  
74 consideração que a entidade recebeu o dinheiro para custear quarenta, e diz que nesse  
75 caso há a falha da entidade sim, porém também da Comissão de fiscalização, pois esta  
76 deve trazer para a plenária quando estiver com problemas no andamento do projeto. Por  
77 último a Comissão do FIA: O papel é justamente trazer recurso para o FIA, não somente  
78 no período do IR, indo atrás dos contadores, mas trabalhar o ano inteiro, quanto mais  
79 projetos entrar mais projetos e mais programas na área da infância e adolescência vão  
80 ter, e mais protegidos vão estar às crianças e adolescentes, e aí entra a doutrina da  
81 proteção integral. Guilherme exemplifica: se tem pouco dinheiro vão na barraca de  
82 cachorro quente, se tiver bastante dinheiro vão pra Florianópolis comer no restaurante  
83 outback, ou seja, com muito dinheiro podem contratar um melhor profissional, se iam  
84 contratar uma dança, com mais dinheiro podem contratar um ballet bolshoi. Vitor diz  
85 que só correção na tabela das comissões é que a Rosilene é titular e Hamilton suplente  
86 da APAE segundo o decreto, e está ao contrário. André elogia a PM que está com  
87 diversas atuações no combate às drogas e outros crimes, e diz que foi justificado o  
88 porquê ter esse tempo curto, devido à responsabilidade e seriedade da entidade. Fabrício  
89 explica que a Polícia militar participa também de outros conselhos, e que sempre estão à  
90 disposição para somar, e ao que precisar, e diz que foram encaminhados dois ofícios,

91 onde um deles foi respondido formalmente, e outro respondeu através de mensagens ao  
92 presidente e a Sabrina, informação que agora repassa para conhecimento dos demais  
93 conselheiros. Fabrício informa que a informação solicitada foi sobre encaminhar  
94 relatório das violências em período de pandemia, explica que teriam que olhar  
95 aproximadamente mil e oitocentas ocorrências, e justifica que estão mediante uma  
96 pandemia e hoje atuam também como fiscais sanitários, e tem uma demanda grande de  
97 ocorrências que atualmente triplicou, e explica que não existe um filtro dessas  
98 ocorrências para especificar quais são com crianças e adolescentes, e afirma que durante  
99 esse momento da pandemia fica complicado contabilizar. André diz que podem estar  
100 conversando. André explica que a sugestão da direção foi baseada na experiência  
101 técnica dos atuantes, e caso algum conselheiro tenha alguma oposição abra o microfone  
102 ou avise no chat. André diz que no silêncio ficam aprovadas as atualizações das  
103 Comissões: de normas, fiscalização e FIA, revisando integrantes. André diz que incluiu  
104 uma questão importante na pauta, informando que fez um grupo de whatsapp para o  
105 Comitê Gestor, porém ainda não chegaram a uma conclusão de data. André diz que  
106 segundo a resolução do CMDCA n. ° 211/2020, em tela, são membros do comitê:  
107 Representante da Secretária de Assistência Social: Saray Battistela; Representante da  
108 Secretaria de Educação: Tays Sousa Goulart; Representante da secretaria de Saúde:  
109 Fernanda Firmino da Silva; Representante do conselho tutelar: Louizi Cristina Eich;  
110 Representante do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente: André  
111 Pinto Dalcarobo. André questiona sugestão de data. Sabrina informa que por enquanto  
112 tem agendadas reuniões do Conselho da Pessoa com deficiência dia 02/07, 08/07 do  
113 conselho municipal do idoso e 09/07 do conselho de assistência social. Luciane  
114 questiona o horário. Sabrina informa que todas na parte da manhã. André sugere o dia  
115 30 de junho, às 8h30min, terça-feira, reunião do Comitê através de videoconferência e  
116 solicita que seja encaminhado ofício aos membros do Comitê. Guilherme recorda que  
117 esse comitê irá repassar o fluxo de atendimento para as crianças testemunhas e vítimas  
118 de violência e diz que já foi pontuado que a criança teria que repetir muitas vezes a  
119 situação que vivenciou nas escolas, nos serviços. Guilherme diz que não irá se estender,  
120 mas cabe ao CMDCA, não montar o fluxo, mas monitorar como essa Comissão está  
121 andando, monitorar se estão trabalhando, pois depois de criados os protocolos e cabe a  
122 eles apresentar para o CMDCA aprovar ou sugerir alterações. André ressalta a  
123 importância do Guilherme, e diz que a pandemia serviu para melhorar o diálogo. André  
124 diz que, como foi pontuado pelo conselheiro Fabrício, estamos indo para três meses de  
125 isolamento social devido à pandemia, que teve início em março. André diz para  
126 passarem próximo assunto em pauta, item quatro: Deliberar sobre as respostas dos  
127 ofícios encaminhados pelo CMDCA às entidades, quantos as ações em período de  
128 isolamento social. Devido a problemas na abertura através dos links, André sugere que  
129 ele mesmo disponibilize cada ofício em tela. André abre o of. de n.º 13/2020 da  
130 Associação Jorge Lacerda e questiona à Dafna se este ofício é referente às ações em  
131 período de isolamento. Sabrina observa que no site os ofícios recebidos estão por ordem  
132 de data do recebimento. Dafna explica que o primeiro ofício é sobre a paralização dos  
133 projetos, e diz que sobre o relatório referente à pandemia o mesmo foi encaminhado por  
134 e-mail. Dafna explica que está disposto no relatório que atenderam 160 famílias, tendo a  
135 relação de famílias que foram entregues, e diz que a administração fez uma força tarefa,  
136 sendo doadas por funcionários. E relata que está sendo realizada uma segunda ação de

137 entrega de cestas básicas, que está em andamento. André diz que irá proceder dessa  
138 forma: abrirá a palavra para as entidades explicarem. André pede que Rosa, do CEACA  
139 fique à vontade para fazer sua exposição já que também encaminhou relatório. Rosa diz  
140 que está fazendo mensal para a prefeitura e aproveitou para encaminhar também ao  
141 CMDCA, e diz que tem imagens das doações, informa que continuam no mês de março  
142 com o almoço, e diz que acrescentaram também o lanche. Rosa diz que muitas famílias  
143 estão precisando, e afirma que estão salvando muitas vidas, diz que do CEACA são  
144 cento e oito famílias e diz que está vem difícil para algumas famílias, que tem o  
145 conhecimento de que dividem o almoço que ganham na segunda para terça. André  
146 pontua que há ações conjuntas com outras entidades, como pode ser visualizado e  
147 lembra que esse relatório está disponível no site da prefeitura. André explica que está  
148 passando brevemente para que não se estendam, mas tenham conhecimento. André  
149 disponibiliza em tela o of. de n.º 21/2020 da Secretaria de Saúde. André questiona se a  
150 representante da saúde quer se manifestar. Não havendo manifestações André diz que a  
151 secretária pontua as ações que estão sendo realizadas, porém não veio acompanhado de  
152 números, veio somente em anexo à relação de medicamentos disponíveis no estoque.  
153 André diz que a próxima resposta é o of. n.º 12/2020 da APAE. André abre a palavra  
154 ao representante, caso queira apresentar. André diz que houve um planejamento à  
155 distância em forma remota, e diz que foi dada continuidade no serviço, porém observa  
156 que também não tem números. Rosilene diz que em 18 de março a APAE parou, e em 1  
157 de abril retornou o trabalho remoto com professores e técnicos, porém informa que nas  
158 segundas, quartas e sextas há trabalho interno para atender as famílias nas dúvidas e  
159 referente as carteirinhas. Rosilene diz que foi criado um grupo de whatsapp, onde  
160 encaminham atividades, diz que encaminham o relatório para a Fundação. André passa  
161 ao próximo ofício de resposta, o de n.º 123/2020 do CREAS, André o lê em sua íntegra  
162 e observa que está assinado pela coordenadora Saray. André diz que a equipe está  
163 reduzida, mas estão continuando o atendimento. André lê o of. de n.º 49/2020 em sua  
164 íntegra. André questiona se alguém tem alguma fala. Luciane diz que para acrescentar  
165 receberam doação de biscoitos, bolachas que também foram doadas às 30 famílias, 28  
166 crianças realizaram a entrega de materiais educativos e lanches, e diz que receberam do  
167 CEACA a doação de 100 máscaras, para o CRAS, informando que estão à disposição de  
168 quem precisar. André relembra que Fabrício já passou oralmente a resposta da PM das  
169 ações e solicita que Fabrício fique à vontade para complementar. Fabrício reforça o que  
170 já foi falado que o primeiro ofício encaminhado foi referente à participação na  
171 comissão, onde obteve a autorização do comandante, e explica que por ser uma  
172 organização militar precisam de autorização da instância acima, respeitando as cadeiras  
173 de comando, dessa maneira já foi respondido formalmente, e referente ao outro: nos três  
174 meses passariam de 1.800 ocorrências e não tem filtro para ocorrências que envolvam  
175 crianças e adolescentes, e diz que está à disposição, e que acha louvável a preocupação  
176 do CMDCA com relação à violência, porém reforça que diante da pandemia a demanda  
177 triplicou: sendo que agora realizam também a fiscalização dos transportes públicos,  
178 estabelecimentos comerciais, demanda grande triplicou, estão na rua e o volume de  
179 trabalho é muito maior e diz que de antemão pode afirmar que o número de ocorrências  
180 estão dentro da normalidade e que, até o momento, não existe disparidade devido à  
181 pandemia e diz que concorda que ficaria muito melhor com os números, mas que devido  
182 à pandemia não é possível. André explica que a preocupação do CMDCA é saber das

183 ocorrências e sugere que a PM separe as ocorrências envolvendo crianças e adolescentes  
184 no momento da ocorrência para que haja esse controle e discutam em reunião  
185 posteriormente, sugere especificar violência doméstica ou conduta direta e passa a  
186 palavra ao Guilherme. Guilherme explica que o CMDCA está realizando na prática o  
187 que o CONANDA solicitou, e diz que é bacana ver que as entidades governamentais e  
188 não governamentais além de encaminharem os ofícios, ainda reforçaram as ações, pois  
189 assim estão vendo o que está acontecendo na cidade e não apenas na sua entidade, e dá  
190 os parabéns ao CMDCA. Guilherme sugere, falando que não para agora, mas  
191 confeccionem uma tabela, se possível, com esses dados para monitorar de tempos em  
192 tempos. André diz que em pesquisas fazem estatísticas para ter um relatório de dados de  
193 tempos em tempos, para ter um melhor controle do CMDCA. André passa a palavra à  
194 Rosa. Rosa diz que a entidade se compromete em encaminhar o relatório mensal. André  
195 solicita que as demais entidades que se disporem a fazer será importante. André passa  
196 ao item cinco: Deliberar ações do CMDCA frente ao veto do repasse do FIA ao projeto:  
197 Criação de espaço multiprofissional do CEACA (Informe reunião do presidente com a  
198 câmara); André diz que o prefeito em vez de sancionar vetou o repasse ao CEACA, teve  
199 conversa com diversos setores: o controle interno, contabilidade, administração, onde  
200 responderam que não poderiam repassar devido ser ano eleitoral. André explica que  
201 teve conversa com a Câmara, estando presente também o José Eduardo, onde foi  
202 explicado o equívoco de ermeneutica legislativa, ou seja, de interpretação de lei, André  
203 diz que está na cartilha do TCE que é permissível, e diz que usaram sobre os mesmos  
204 argumentos defendidos junto à administração, mas não tem esse entendimento igual.  
205 Rosa diz que está disponível no site que os vereadores mantiveram o veto. André sugere  
206 que a diretoria faça um comitê para conversar com a administração. Guilherme relembra  
207 que em última reunião do CMDCA a maioria deliberou para dialogar com a câmara, na  
208 conversa pareceu que iam decidir pelo sim, mas foi não, e a sugestão agora é que se  
209 retome a conversa com o executivo. Guilherme sugere que a reunião sendo aprovada  
210 marquem com o executivo junto com a equipe técnica, pois não adianta após a conversa  
211 do prefeito com o conselho os técnicos argumentarem contra. André diz que tomaram a  
212 decisão para que não tivesse que ter um enfrentamento. André diz que já organizou um  
213 material fundamentando, e sugere organizar um grupo para irem lá representar. André  
214 diz que os projetos da AJL também estão pendentes, e diz que o próximo assunto em  
215 pauta também deverá ser discutido com o prefeito. André sugere que no mínimo tenha  
216 representação do CEACA e AJL, algum conselheiro que tenha conhecimento dos  
217 trâmites com administração. Dafna diz que às 10h20min terá que se ausentar da reunião  
218 e informa que Richarles entrará, informa que também está buscando fundamentação,  
219 porém relata que o que mais embasa é a cartilha do TCE, porém diz que podem ter  
220 regras do município que podem entrar em contradição. Dafna diz que no caso da AJL  
221 são projetos já em andamento e com atendimento ao público, e caso não consigam  
222 repassar terão que paralizar os projetos em setembro, para deixar claro as consequências  
223 dos impasses. André disponibiliza a página 40 da apostila do TCE em tela. Eraldo diz  
224 que entrou em contato com os vereadores, que programaram de colocar em uma semana  
225 e não deu, e observa que há muita politicagem: alguns dizem que foi a Câmara, outros  
226 dizem que o prefeito não encaminhou a tempo, porém o fato é que não estão entendendo  
227 a lei, deveriam ter esse conhecimento, os vereadores ficaram de encaminhar dizeres que  
228 proibem isso, mas ninguém mandou nada. Vitor sugere que na reunião com o prefeito já

229 levem impresso os diplomas legais para que os recursos possam ser liberados e quando  
230 fizer a reunião: levar a decisão do tribunal, pareceres, para que não saiam dali e alguém  
231 fale o contrário, pra mostrar ao prefeito que é possível o repasse. Dafna diz que pedirá a  
232 presença do presidente da AJL e diz que os outros CMDCA's estão abrindo editais, a  
233 exemplo do município vizinho, portanto entende-se que não tem impedimento legal e  
234 diz que fica à disposição. André informa que marcarão data entre quarta e sexta da  
235 semana que vem. Rosa diz que Criciúma tem edital aberto e diz que se eles podem, nós  
236 também podemos. André diz que irá imprimir tudo e sugere que o grupo seja composto  
237 por: AJL, CEACA, ESCOTEIRO e APAE. Rosa sugere solicitar a presença da  
238 contadora e Granzoto. André diz que irão solicitar a equipe técnica para discutir sobre o  
239 tema: veto do repasse do FIA em ano eleitoral. Eliezer explica que está acompanhando a  
240 reunião, porém estava em doação de sangue já pré-agendada e diz lamentar que chegou  
241 a esse ponto, e diz que está à disposição para ir junto na reunião, mas que independente  
242 da data, seja encaminhada antes a documentação à equipe técnica, pois não irão analisar  
243 no dia, irão pedir tempo para estudar, e o jurídico demora pra responder, e diz que  
244 entende que eles tem outras demandas, mas é torcer para que no dia eles já tenham  
245 avaliado pra quem sabe o prefeito mudar. Eliezer diz que irá se não estiver trabalhando  
246 no dia. André diz que no silêncio fica aprovada a reunião com o prefeito e equipe  
247 técnica. Guilherme observa que no encontro passado foi feita outra metodologia: que  
248 todos abram o microfone e aprovelem a reunião, pois pode alguém que estava no início  
249 sair. André agradece a observação e solicita que os conselheiros presentes se  
250 manifestem. Fabrício diz que não acompanhou a discussão e questiona qual o tema da  
251 reunião com o prefeito. André responde que é falar sobre o veto do repasse do FIA ao  
252 CEACA e também o veto aos repasses de recurso em ano eleitoral. Conselheiros  
253 concordam por unanimidade. André diz que já foi debatido em conjunto com o item  
254 cinco, o item seis: Debate acerca da utilização do FIA em ano eleitoral, diante do veto  
255 do executivo (exemplificando: os projetos cancelados da AJL: Estação Cultural e  
256 Guardas Ambientais que está em execução e pretende aporte de recursos); André diz  
257 que referente ao item sete: Informe que foi respondido e-mail do CEDCA sobre o  
258 Levantamento Nacional "Os serviços de acolhimento institucional e familiar de crianças  
259 e adolescentes em tempos de COVID-19: demandas e ações"; solicita à Sabrina que  
260 explique melhor. Sabrina informa que foi respondido por Ruanda em conjunto com a  
261 Alessandra da SAS o questionário encaminhado pelo CEDCA através de e-mail, sobre  
262 os serviços de acolhimento em tempos de COVID e diz que em resumo no município,  
263 até o momento, não há casos de COVID no Serviço de Acolhimento. Sabrina diz que o  
264 CEDCA também encaminhou e-mail convidando para a reunião ordinária que  
265 acontecerá através de videoconferência no dia 30 de junho de 2020, às 13h30. Com  
266 relação ao item oito: Debate sobre ações do CMDCA frente aos 30 anos de ECA, que  
267 ocorrerá em 13 de julho de 2020. André explica que incluiu isso em pauta para debater  
268 alguma ação, e diz que não precisam firmar uma ação, mas ter uma ação, que fica  
269 limitada, devido ao período de isolamento, talvez em mídias sociais, pois não tem  
270 tempo para fazer um material publicitário, e sugere uma ação criativa, virtual, pois não  
271 podem deixar em branco. Luciane sugere fazer uma live ou um vídeo contando  
272 experiências do CT para fazer um paralelo de como é atendido, foi o que ocorreu agora  
273 como sugestão. André sugere definir data para discutir na semana que vem. Luciane diz  
274 que outra sugestão é achar uma criança que hoje seja adulto pra exemplificar sua

275 situação. André diz que o ECA existe há trinta anos e uma grande parte das pessoas tem  
276 pouco ou nenhum conhecimento sobre o estatuto. André sugere debater no grupo e terça  
277 trazer para discussão. Guilherme diz que não entendeu porque terça foi marcada reunião  
278 do Comitê Gestor pra debater a escuta especializada e sugere que a diretoria se reúna,  
279 pense em algo e traga para a plenária decidir, a sugestão de live: ver pra qual público  
280 será, se para os colaboradores das entidades governamentais e não governamentais,  
281 adolescentes do CRAS, CREAS, pras famílias que participam das entidades: reunindo  
282 pais e mães, pois se for algo abrangente acabarão falando de ECA para a gente mesmo.  
283 Guilherme diz que não dominam os 260 artigos do ECA, mas devem pensar em  
284 promover algo para alguém, e exemplifica que se for pra explicar para a Rosa, Luciane,  
285 Eliezer que já estão atuando, eles já tem um conhecimento. Guilherme diz para que se  
286 for para as entidades busquem representantes nas entidades. Eliezer sugere  
287 disponibilizar na rádio comunitária, pedindo um horário para Hamilton, para atingir um  
288 público maior, atingindo pessoas que pouco ouvem falar. André sugere que então  
289 marquem data para a direção e questiona se já tem uma data para amarrar depois da  
290 reunião da comissão e sugere no final da semana que vem. André sugere quinta marcar  
291 extraordinária pra decidir, pede que haja conversa nas entidades, e pede auxílio para  
292 pensarem em material. André marca reunião extraordinária do CMDCA para quinta, dia  
293 02/06, às 14h. Conselheiros concordam, porém Fabrício observa que, como se trata de  
294 reunião extraordinária terá que falar com o comandante, pois até então tem autorização  
295 para participar de reuniões ordinárias e de comissões, e explica que sua participação nas  
296 reuniões gera horas/trabalho, mas diz que podem cobrar que terá resposta em breve.  
297 Luciane sugere que, por ser uma reunião rápida, o horário da reunião seja às 14h30, pois  
298 às 14h estará em trânsito. Conselheiros concordam. Sobre o item nove: Informe sobre  
299 recebimento de ofício do prefeito quanto à prestação de contas do Grupo Escoteiro  
300 Carijós; André passa a palavra a Vitor. Conselheiros observam que Eliezer saiu da live,  
301 e aguardam retornar. Retomando primeiramente o assunto dez: Informe recebimento de  
302 demais ofícios: Retorno sobre resoluções: Promotoria, Nota pública: CONANDA,  
303 Pesquisa TCE: Controle Interno; André passa a palavra à Sabrina. Sabrina recorda que  
304 todos os ofícios já foram encaminhados aos conselheiros tanto por e-mail quanto por  
305 whatsapp e diz que receberam por e-mail o ofício n.º 005/2020 sobre o manifesto do  
306 CONANDA encaminhado pelo CEDCA sobre Direito à educação de crianças em tempo  
307 de COVID, o abrindo. André solicita que Sabrina só informe. Sabrina diz que  
308 receberam o ofício de n.º 38/2020 do CONANDA que solicitou o preenchimento de  
309 pesquisa, para o município participar do Levantamento Nacional, intitulado: Os serviços  
310 de acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes em tempos de  
311 COVID-19: demandas e ações. Sabrina informa que já foi preenchido por Ruanda,  
312 coordenadora do abrigo, em conjunto com a Alessandra da Secretaria de Assistência  
313 Social e que em resumo no abrigo do nosso município até o momento não há casos de  
314 pessoas com COVID, e estão tomando as devidas precauções com relação à  
315 higienização. Luciane questiona quais os ofícios recebidos da promotoria. Sabrina  
316 informa que recebeu através de e-mail os ofícios de n.ºs 210 e 211/2020 do MP, com  
317 relação ao envio das Resoluções do CMDCA e questiona se continua encaminhando.  
318 André confirma. Sabrina diz que receberam também através de e-mail uma nota pública  
319 do CONANDA referente o dia mundial do trabalho infantil. Recebeu do controle  
320 interno o of. de n.º 01/2020 solicitando preenchimento de pesquisa sobre os assuntos e

321 modo de capacitações preferíveis pelos conselheiros e diz que já teve retorno no grupo  
322 que a maioria já preencheu. Sabrina diz que os ofícios de n.ºs 12 e 13/2020 da AJL já  
323 foram discutidos anteriormente nessa reunião com Dafna, sendo o primeiro informando  
324 a paralização e o segundo o retorno das atividades. Sabrina observa que um é  
325 direcionado à Comissão de Fiscalização e observa que além de atualizar as comissões  
326 está em pauta marcar as datas das reuniões. André sugere que Sabrina marque  
327 posteriormente no grupo de whatsapp, e informa que terá reunião sobre a pauta pra  
328 verificar os assuntos mais relevantes a serem debatidos nas comissões. André questiona  
329 se alguém tem algum apontamento. Luciane diz que somente com relação ao ofício da  
330 AJL, informa que foi encaminhada uma família pelo CRAS para os projetos do parque,  
331 porém não sabe se a família teve interesse, mas que pode estar encaminhando a cópia ao  
332 CMDCA, o ofício foi encaminhado em 12 de março, e logo depois teve a pandemia.  
333 André diz que devem ajeitar com a entidade, na questão da publicidade, também não  
334 verificou se na divulgação estava especificada a questão do CRAS, pois devem ter  
335 pessoas que nem sabem que podem participar. Eliezer retorna para a reunião. André  
336 retorna ao item nove, informando que Vitor fez a relatoria. Vitor diz que no of. n.º  
337 143/2020 o prefeito diz que consta que no exercício corrente não há viabilidade do  
338 repasse do recurso devido à pandemia e ser ano eleitoral. Vitor diz que não foi  
339 respondido o questionamento feito pelo CMDCA, portanto a resposta ficou prejudicada,  
340 pois não informa a posição da administração, apenas menciona que não há viabilidade  
341 no ano corrente devido pandemia e ano eleitoral, sendo anexado o parecer da  
342 controladoria que só informa que foi lançado em dívida ativa, porém está parcelada,  
343 portanto apresentam uma certidão negativa com efeito positivo, pois no momento que  
344 atrasar ou não pagar a prestação muda, portanto, a seu ver, não dá segurança jurídica  
345 para liberar os recursos para o escoteiro, pois entende que o projeto não foi cumprido  
346 em sua íntegra, pois a obra não foi totalmente executada, e entende que está devolvendo  
347 o dinheiro, mas o projeto proposto não foi executado e diz que quem garante que o  
348 CMDCA não irá responder pelo repasse à entidade. Vitor diz que fica a hipótese, pois o  
349 município não respondeu, portanto não tem respaldo jurídico até que a obra seja  
350 concluída. Vitor diz que o marco regulatório não permite o repasse se a prestação de  
351 contas da entidade não tiver sido aprovada e a obra cumprida em sua integralidade.  
352 André explica que esse é o entendimento do membro da direção, porém não é do  
353 Conselho, e diz que tiveram vários posicionamentos da direção que trazem agora a  
354 discussão para o conselho. André diz que entende que a justificativa dada foi o ano  
355 eleitoral e questiona se então é válida. André questiona se alguém tem alguma fala.  
356 Rosa sugere que seja encaminhado outro ofício, solicitando à devida resposta, onde  
357 estejam respondendo pontualmente a questão, e diz que no momento estão com tempo,  
358 pois estão sem editais abertos. André diz que ainda terão discussões sobre esse ponto, e  
359 concorda que devem formular ofício solicitando uma resposta precisa, uma explicação  
360 expressa sobre o questionamento. Eliezer diz que é complicado e às vezes desanima de  
361 fazer as coisas, e questiona qual a entidade que não teve dificuldades em cumprir cem  
362 por cento o projeto, de cumprir na íntegra o projeto que foi apresentado, sem  
363 readaptações ou justificativas. Eliezer diz que a questão do projeto do grupo escoteiro  
364 foi completamente justificada por escrito e não tem resquício de que essa verba não  
365 tenha sido utilizada para outro fim que não o da obra proposta. Eliezer diz que é uma  
366 questão de entendimento, que alguns estão em favor da entidade e às vezes ficam

367 receosos em responder. Eliezer diz que confia na palavra das pessoas, mas nenhuma  
368 resposta por escrito. Eliezer diz que veio resposta verbal que não teria problema  
369 nenhum, e diz que para todos os efeitos a certidão está positiva, e por isso existe essa  
370 opção: para a entidade não deixar de conseguir tocar os seus projetos. Eliezer diz que se  
371 começarem a agir nesse sentido fica complicado, e diz que as demais entidades estão de  
372 parabéns pelos trabalhos realizados no município, porém observa que o Grupo Escoteiro  
373 é o único que trabalha com pessoas voluntárias, e diz que devem decidir à favor das  
374 crianças e adolescentes do município, pois fica complicada e triste essa situação. Rosa  
375 diz que no começo o CEACA também passou trabalho, e entende o conselheiro, porém  
376 observa que o trabalho do Grupo escoteiro é diferente das demais entidades, Rosa diz  
377 que já parcelou IPTU do CEACA e a entidade nunca foi impedida de receber recurso.  
378 Rosa diz que o impedimento em participar acredita que não tem, e se coloca à  
379 disposição do grupo para algum evento, diz que o conselheiro pode contar com ela.  
380 André diz que irá amarrar no art. 48, incisos I, II, III, precisam encaminhar de acordo  
381 com o disposto, e diz que na sua interpretação com relação ao art. III a entidade está  
382 sanando. André diz à Rosa que foi colocado no Marco regulatório em 2015. Rosa  
383 questiona se não podem deixar para discutir mais pra frente. Vitor diz que devem  
384 entender a posição da administração, e coloca o fato de que tem um impeditivo que tem  
385 que resolver, e diz que a questão fiscal é uma e o disposto no marco regulatório é outra.  
386 Vitor diz que a entidade pode ser barrada, mas devem ter resposta de acordo com o  
387 questionado. André diz que já retorna nessa discussão e passa ao item onze: Reforçar  
388 ações da campanha unificada FIA – Fundo para infância e adolescência; André observa  
389 que o prazo para a declaração do Imposto de Renda é 30 de junho, e diz que algumas  
390 pessoas deixam para fazer na última semana, então ainda devem buscar a divulgação,  
391 nas redes sociais. E diz que a comissão do FIA irá se reunir, mas como o Guilherme  
392 falou não pode ser somente nesse período, deve ter ações no restante do ano. André  
393 retorna ao art. 48, e menciona os incisos I, II e III, e diz que o terceiro a administração  
394 deve responder, tem que ter uma posição e diz que o inciso III deixa brecha de fato, e  
395 explica que o CMDCA está apenas acatando o que está na norma expressa em lei, até  
396 que se prove o contrário. Eliezer diz que o que o preocupa é a questão do entendimento,  
397 se permite diversos entendimentos porque não podem entender em prol das crianças e  
398 adolescentes. Eliezer diz que juiz nenhum irá condenar sem ter a questão da má fé, e se  
399 for questão de entendimento, se for só pela questão de ser ano eleitoral e a pandemia  
400 que foi só o que foi mencionado no ofício n.º 143/2020, entende-se que não tem  
401 impedimento em função da dívida. Eliezer diz que os conselheiros irão buscar  
402 renegociações sobre o veto do repasse ao CEACA, já buscaram a câmara, agora vão ao  
403 executivo e se não resolvido entram até com ação. Eliezer diz que não deve haver  
404 diferenciação entre as entidades, ou seja, ambas as entidades devem ter o mesmo  
405 tratamento: são dois pesos e duas medidas. André explica que estão reiterando para  
406 responder de forma coerente, e saber se é só o COVID e eleição que impedem e estão  
407 liberados. André coloca em deliberação reencaminhar ofício, solicitando uma resposta  
408 objetiva e fica a sugestão de saída judicial. André explica que sobre a questão legal  
409 quem assessora o conselho são servidores da prefeitura, e explica que não é o advogado  
410 do CMDCA e sim membro do CMDCA, e sugere que todas as entidades peçam uma  
411 resposta objetiva, pois estão cansados de respostas inócuas, enquanto eles estão fazendo  
412 o conselho discutir assim. André sugere que seja encaminhado com cópia às áreas

413 técnicas responsáveis, solicitando resposta com base no art. 48 do marco regulatório.  
414 Conselheiros aprovam por unanimidade. Sabrina questiona qual será o prazo para a  
415 resposta. Após discussões onselheiros chegam à conclusão de 15 dias. André diz que se  
416 coloca à disposição da entidade para conversar, pois pode haver atendimento pró bono  
417 caso seja de interesse da entidade. Eliezer pede que seja informado de quando  
418 encaminharem o ofício, pois também irá fundamentar. E nada mais havendo a tratar-se,  
419 foi encerrada a reunião às 11h10min. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na  
420 condição de assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e  
421 aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.